

Relatório de Atividades

Análise Estatística: dados coletados das Resoluções nº 12 e nº 25 do CNMP

Rondon de Andrade Porto
Cientista Político

Sumário

1. Introdução

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no uso de suas atribuições, aprovou a Resolução No. 12 e a Resolução No. 25, com o intuito de analisar a atuação funcional vis a vis aos dados administrativos e formular diretrizes para o planejamento estratégico do Ministério Público em todos os ramos de atuação.

O Núcleo de Ação Estratégica (NAE) do CNMP depende da **acuracidade** dos dados coletados para delinear o perfil de atuação de cada Ministério Público e de dados confiáveis para subsidiar aos membros do Conselho para o planejamento e alinhamento estratégico nacional da instituição Ministério Público como um todo e não uma junção de partes com objetivo em comum.

No decorrer da realização deste trabalho em conjunto com o NAE, a maior dificuldade recaiu sobre os processos de coleta, tratamento e validação dos dados recebidos. Ademais, apesar do caráter imperativo, falta motivação organizacional para o envio completo dos dados.

No entanto, neste trabalho foram analisados os dados coletados e preparados *dashboards* (painéis de análise) com indicadores estatísticos, objetivando a transparência da atuação do MP e recomendando algumas mudanças para a melhoria do processo de consecução dos dados das unidades.

2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é a motivação organizacional das unidades do Ministério Público, conscientizando-as do alinhamento estratégico visando a excelência operacional e a imprescindibilidade da transparência de sua atuação para toda a sociedade civil.

Para tanto, foram desenvolvidos mapas com indicadores estatísticos, infográficos e simulações para a visualização dos resultados.

3. Metodologia

3.1 Da Coleta dos dados

Os dados foram coletados pela informática do CNMP e compilados pelo NAE, onde foi analisada a completude e detectadas algumas falhas quanto ao não-preenchimento.

Tais falhas foram notificadas para correção, porém ainda restaram alguns dados faltantes no que diz respeito às informações da Resolução 12.

Quanto à Resolução 25, os dados foram coletados e foram encontrados alguns problemas como relata a Dra. Cynthia Oliveira (NAE):

“problemas para a separação das entradas e saídas de processos - e também os remanescentes - de forma a esclarecer o que dizia respeito ao 1º e ao 2º graus. A idéia era dividirmos as entradas. Com isso, seria possível calcular a produtividade de promotores e procuradores.

Ocorre que tal distinção não foi possível - especialmente nas áreas criminal e da infância e juventude - pois não foi considerada tal distinção no questionário. Como exemplo estão as saídas da área criminal, que incluem as suspensões de processo - em qualquer nível - e os atos de controle externo da atividade policial, também praticados por promotores e procuradores - sem distinção no questionário. Situação semelhante ocorre na área da infância e juventude. A não inclusão de tais itens no cálculo de saídas prejudicaria o resultado de produtividade pretendido. Assim sendo, proponho que seja calculada apenas a produtividade geral de cada Ministério Público que enviou dados, somando-se o total de membros e total de entradas, saídas e remanescentes, independente de área ou grau.”

3.2 Validação dos dados

Os dados coletados pelo NAE são de inteira responsabilidade das unidades do MP que enviaram. Afinal, o NAE não possui tal competência, mesmo tendo sido detectados dados faltantes e com erro no que diz respeito à Resolução Nº 12 (dados da estrutura administrativa).

No entanto, a falta de dados como o número de servidores que trabalham no MP específico (MPE/MG), reflete o grau de importância que se dá ao preenchimento dos formulários solicitados.

3.2.1 Preenchimento dos Dados da Resolução 25

De **10067** respostas coletadas, somando-se todos os MPs, **4982** vieram sem preenchimento e **1897** com o valor igual a zero. As tabelas de 1 a 5 que se seguem demonstram o índice de respostas e lista os MPs.

Tabela 1 – MP's que não preencheram os formulários com o número de itens a preencher

Sem Preenchimento		
MP	Perguntas sem Respostas	%
MP/AM	353	7,1
MP/ES	353	7,1
MP/GO	353	7,1
MP/PE	353	7,1
MP/PR	353	7,1
MP/RJ	353	7,1
MP/SP	353	7,1
MPDFT	353	7,1
MPF	338	6,8
MP/RN	331	6,6
MP/RS	310	6,2
MP/MG	279	5,6
MP/SC	228	4,6
MPM	202	4,1
MP/PI	186	3,7
MP/PA	161	3,2
MP/MA	57	1,1
MP/MT	35	,7
MP/MS	17	,3
MPT	9	,2
MP/PB	5	,1
Total	4982	100,0

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 2 – MP's que preencheram os campos dos formulários com zero

Preenchimento com Zero		
MP	No. De Campos	%
MP/RO	288	15,2
MP/AL	180	9,5
MP/AP	179	9,4
MP/TO	178	9,4
MP/RR	161	8,5
MP/AC	154	8,1
MP/PB	138	7,3
MP/CE	118	6,2
MP/MA	117	6,2
MP/MT	114	6,0
MP/BA	105	5,5
MP/SE	95	5,0
MP/MS	65	3,4
MP/MG	4	,2
MP/SC	1	,1
Total	1897	100,0

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 3 – MP's que não preencheram os formulários com o número de itens a preencher e o percentual de aproveitamento das respostas

MP	Total de Perguntas	Sem Preenchimento	% Aproveitamento
MP/AM	353	353	-
MP/ES	353	353	-
MP/GO	353	353	-
MP/PE	353	353	-
MP/PR	353	353	-
MP/RJ	353	353	-
MP/SP	353	353	-
MPDFT	353	353	-
MPF	353	338	4,25
MP/RN	353	331	6,23
MP/RS	353	310	12,18
MP/MG	353	279	20,96
MP/SC	353	228	35,41

MP	Total de Perguntas	Sem Preenchimento	% Aproveitamento
MPM	353	202	42,78
MP/PI	353	186	47,31
MP/PA	353	161	54,39
MP/MA	353	57	83,85
MP/MT	353	35	90,08
MP/MS	353	17	95,18
MPT	353	9	97,45
MP/PB	353	5	98,58
Total	7413	4982	

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 4 – MP's que preencheram os formulários com o zero e o percentual de aproveitamento das respostas

Preenchimento com Zero			
MP	Total de Questões	Campos preenchidos com Zero	% de Aproveitamento das Respostas
MP/RO	353	288	18,41
MP/AL	353	180	49,01
MP/AP	353	179	49,29
MP/TO	353	178	49,58
MP/RR	353	161	54,39
MP/AC	353	154	56,37
MP/PB	353	138	60,91
MP/CE	353	118	66,57
MP/MA	353	117	66,86
MP/MT	353	114	67,71
MP/BA	353	105	70,25
MP/SE	353	95	73,09
MP/MS	353	65	81,59
MP/MG	353	4	98,87
MP/SC	353	1	99,72
Total		1897	

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 5 – Distribuição das Perguntas Sem Resposta por Área

ÁREA	No. Respostas em Branco	%
CRIMINAL	3275	65,7
CÍVEL	1389	27,9
INFÂNCIA E JUVENTUDE	309	6,2
TRABALHISTA	9	,2
Total	4982	100,0

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 6 – Preenchimento com Zero por Área

ÁREA	No. Respostas com zero	%
CÍVEL	510	26,9
CRIMINAL	1306	68,8
INFÂNCIA E JUVENTUDE	81	4,3
Total	1897	100,0

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

**Tabela 7 –Perguntas
Sem Preenchimento por Área e por MP.**

	ÁREA								Total	
	CÍVEL		CRIMINAL		INFÂNCIA E JUVENTUDE		TRABALHISTA			
MP	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total	%
MP/AM	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MP/ES	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MP/GO	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MP/PE	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MP/PR	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MP/RJ	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MP/SP	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MPDFT	100	7,2%	224	6,8%	29	9,4%	0	,0%	353	7,1%
MPF	114	8,2%	224	6,8%	0	,0%	0	,0%	338	6,8%
MP/RN	90	6,5%	222	6,8%	19	6,1%	0	,0%	331	6,6%
MP/RS	87	6,3%	207	6,3%	16	5,2%	0	,0%	310	6,2%
MP/MG	79	5,7%	183	5,6%	17	5,5%	0	,0%	279	5,6%
MP/SC	56	4,0%	164	5,0%	8	2,6%	0	,0%	228	4,6%
MPM	0	,0%	202	6,2%	0	,0%	0	,0%	202	4,1%
MP/PI	59	4,2%	122	3,7%	5	1,6%	0	,0%	186	3,7%
MP/PA	45	3,2%	111	3,4%	5	1,6%	0	,0%	161	3,2%
MP/MA	24	1,7%	32	1,0%	1	,3%	0	,0%	57	1,1%
MP/MT	13	,9%	16	,5%	6	1,9%	0	,0%	35	,7%
MP/MS	17	1,2%	0	,0%	0	,0%	0	,0%	17	,3%
MPT	0	,0%	0	,0%	0	,0%	9	100,0%	9	,2%
MP/PB	5	,4%	0	,0%	0	,0%	0	,0%	5	,1%
TOTAL	1389	100,0%	3275	100,0%	309	100,0%	9	100,0%	4982	100,0%

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

**Tabela 8 – Respostas
com Zero por Área e por MP.**

	ÁREA						Total	
	CÍVEL		CRIMINAL		INFÂNCIA E JUVENTUDE		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
MP/RO	95	18,6%	173	13,2%	20	24,7%	288	15,2%
MP/AL	48	9,4%	124	9,5%	8	9,9%	180	9,5%
MP/AP	46	9,0%	124	9,5%	9	11,1%	179	9,4%
MP/TO	62	12,2%	109	8,3%	7	8,6%	178	9,4%
MP/RR	49	9,6%	100	7,7%	12	14,8%	161	8,5%
MP/AC	57	11,2%	94	7,2%	3	3,7%	154	8,1%
MP/PB	27	5,3%	107	8,2%	4	4,9%	138	7,3%
MP/CE	29	5,7%	87	6,7%	2	2,5%	118	6,2%
MP/MA	17	3,3%	98	7,5%	2	2,5%	117	6,2%
MP/MT	18	3,5%	92	7,0%	4	4,9%	114	6,0%
MP/BA	26	5,1%	76	5,8%	3	3,7%	105	5,5%
MP/SE	27	5,3%	63	4,8%	5	6,2%	95	5,0%
MP/MS	7	1,4%	56	4,3%	2	2,5%	65	3,4%
MP/MG	2	,4%	2	,2%	0	,0%	4	,2%
MP/SC	0	,0%	1	,1%	0	,0%	1	,1%
TOTAL	510	100,0%	1306	100,0%	81	100,0%	1897	100,0%

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 10 – Perguntas que os MP's deixaram de sem resposta

Perguntas	Sem resposta	%
crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	343	6,9
crimes de tortura	342	6,9
crimes contra a ordem tributária	336	6,7
crimes contra o consumidor	333	6,7
crimes contra o meio ambiente	328	6,6
crimes contra a administração pública	326	6,5
crimes contra a vida	319	6,4
crimes militares	295	5,9
outros crimes	260	5,2
Saúde	242	4,9
Consumidor	239	4,8
meio ambiente	237	4,8
improbidade administrativa	235	4,7
Outros	209	4,2
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	62	1,2
pela decadência	61	1,2
PASSAM PARA O PERÍODO SEGUINTE SEM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	60	1,2
pela prescrição	59	1,2
por outras causas	56	1,1
controle de constitucionalidade abstrato	47	,9
no órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores	28	,6
PASSAM PARA O PERÍODO SEGUINTE COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	24	,5
PASSAM PARA O PERÍODO SEGUINTE SEM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	24	,5
no segundo grau	22	,4
outros crimes militares	22	,4
improcedência conforme pedido/parecer do MPF(PGR)	18	,4

Perguntas	Sem resposta	%
improcedência contrária ao pedido/parecer do MPF(PGR)	18	,4
Pareceres	18	,4
procedência conforme pedido/parecer do MPF(PGR)	18	,4
procedência contrária ao pedido/parecer do MPF(PGR)	18	,4
ações penais julgadas improcedentes	17	,3
ações propostas pelo MP	17	,3
ações penais julgadas procedentes	16	,3
denúncias oferecidas	16	,3
no primeiro grau	16	,3
recomendações expedidas	16	,3
ações civis julgadas improcedentes	15	,3
procedimentos investigativos instaurados	15	,3
ações civis julgadas parcialmente procedentes	14	,3
ações civis julgadas procedentes	13	,3
representações julgadas improcedentes	13	,3
representações julgadas parcialmente procedentes	13	,3
representações julgadas procedentes	13	,3
liberdade assistida	12	,2
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE COM PRAZO DE CONCLUSÃO/MANIFESTAÇÃO VENCIDO	12	,2
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE SEM PRAZO DE CONCLUSÃO/MANIFESTAÇÃO VENCIDO	12	,2
Advertência	11	,2
obrigação de reparar o dano	11	,2
prestação de serviços à comunidade	11	,2
sem ajustamento de conduta	11	,2
visitas a estabelecimentos prisionais, delegacias de polícia e outros	11	,2
apuração de infração administrativa	10	,2
com ajustamento de conduta	10	,2
destituição/suspensão do poder familiar	10	,2
Outras	9	,2
Simplex	9	,2
ação civil pública	8	,2
BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS ARQUIVADAS SEM CONCESSÃO DE REMISSÃO	8	,2
BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS RECEBIDOS	8	,2
INSTAURADOS	8	,2
REPRESENTAÇÕES DE ATOS INFRACIONAIS OFERECIDAS	8	,2
ações propostas pelo MP (PGR)	1	,0
IMPROCEDÊNCIA CONTRÁRIA AO PEDIDO/PARECER DO MPT DE 1º GRAU	1	,0
IMPROCEDÊNCIA CONTRÁRIA AO PEDIDO/PARECER DO MPT DE 2º GRAU	1	,0
IMPROCEDÊNCIA CONTRÁRIA AO PEDIDO/PARECER DO MPT QUE ATUA PERANTE TRIBUNAL SUPERIOR	1	,0
PROCEDÊNCIA CONFORME PEDIDO/PARECER DO MPT DE 1º GRAU	1	,0
PROCEDÊNCIA CONFORME PEDIDO/PARECER DO MPT DE 2º GRAU	1	,0
PROCEDÊNCIA CONFORME PEDIDO/PARECER DO MPT QUE ATUA PERANTE TRIBUNAL SUPERIOR	1	,0
PROCEDÊNCIA, EM ATENDIMENTO PARCIAL AO PEDIDO DO MPT DE 1º GRAU	1	,0
PROCEDÊNCIA, EM ATENDIMENTO PARCIAL AO PEDIDO DO MPT DE 2º GRAU	1	,0
PROCEDÊNCIA, EM ATENDIMENTO PARCIAL AO PEDIDO DO MPT QUE ATUA PERANTE TRIBUNAL SUPERIOR	1	,0
Total	4982	100,0

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 11 – Perguntas que os MP's responderam com Zero.

Perguntas	Respostas com Zero	%
crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	207	10,9
crimes contra o consumidor	175	9,2
crimes contra a ordem tributária	166	8,8
crimes de tortura	162	8,5
crimes militares	144	7,6
crimes contra o meio ambiente	124	6,5
crimes contra a administração pública	115	6,1
Saúde	105	5,5
Consumidor	94	5,0
meio ambiente	92	4,8
improbidade administrativa	76	4,0
crimes contra a vida	65	3,4
outros crimes	53	2,8
Outros	36	1,9

controle de constitucionalidade abstrato	33	1,7
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	24	1,3
no órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores	23	1,2
pela decadência	22	1,2
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE SEM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	19	1,0
por outras causas	17	,9
pela prescrição	14	,7
improcedência conforme pedido/parecer do MPF(PGR)	10	,5
improcedência contrária ao pedido/parecer do MPF(PGR)	10	,5
Pareceres	10	,5
procedência conforme pedido/parecer do MPF(PGR)	10	,5
procedência contrária ao pedido/parecer do MPF(PGR)	10	,5
ações propostas pelo MP	8	,4
ações civis julgadas improcedentes	7	,4
ações civis julgadas parcialmente procedentes	7	,4
no segundo grau	7	,4
PASSAM PARA O PERÍODO SEGUINTE COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	6	,3
PASSAM PARA O PERÍODO SEGUINTE SEM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO	5	,3
com ajustamento de conduta	4	,2
ações penais julgadas improcedentes	3	,2
apuração de infração administrativa	3	,2
destituição/suspensão do poder familiar	3	,2
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE COM PRAZO DE CONCLUSÃO/MANIFESTAÇÃO VENCIDO	3	,2
sem ajustamento de conduta	3	,2
ações civis julgadas procedentes	2	,1
liberdade assistida	2	,1
Outras	2	,1
PASSAM PARA O MÊS SEGUINTE SEM PRAZO DE CONCLUSÃO/MANIFESTAÇÃO VENCIDO	2	,1
recomendações expedidas	2	,1
representações julgadas improcedentes	2	,1
representações julgadas parcialmente procedentes	2	,1
ação civil pública	1	,1
ações penais julgadas procedentes	1	,1
denúncias oferecidas	1	,1
obrigação de reparar o dano	1	,1
prestação de serviços à comunidade	1	,1
procedimentos investigativos instaurados	1	,1
representações julgadas procedentes	1	,1
visitas a estabelecimentos prisionais, delegacias de polícia e outros	1	,1
Total	1897	100,0

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

3.2.2 Resultados dos dados coletados da Resolução 25

De 27 MPE's, somente 19 preencheram para que pudesse ser realizado o levantamento da atuação funcional, como demonstram as tabelas 12 e 13.

Tabela 12 – Dados da Resolução 25 Totalizados por Área

MP	Área Criminal				Área Civil				Área de Infância e Juventude				Total Geral			
	Entrada	Saída	Pendentes	Produtividade	Entrada	Saída	Pendentes	Produtividade	Entrada	Saída	Pendentes	Produtividade	Entrada	Saída	Pendentes	Produtividade
MP/AC	21.606	28.236	3.976	110,37	14854	11524	2306	67,16	6177	6237	64	99,94	42.637	45.997	6.346	93,90
MP/AL	10.101	15.828	970	142,97	11537	8050	5928	46,09	886	887	35	96,31	22.524	24.765	6.933	84,07
MP/AP	7.063	9.651	190	133,06	6577	5501	569	76,98	791	732	2	92,31	14.431	15.884	761	104,56
MP/AM																
MP/BA	145.922	220.894	18.333	134,48	196729	141198	61008	54,78	26760	26477	2534	90,38	369.411	388.569	81.875	86,10
MP/CE	33.362	66.833	16.534	133,94	58677	67482	26141	79,56	5484	9542	1440	137,81	97.523	143.857	44.115	101,57
MP/ES																
MP/GO																
MP/MA	12.339	17.862	2.359	121,53	13550	8649	5143	46,27	2298	2509	4	108,99	28.187	29.020	7.506	81,30
MP/MT	216.641	240.074	58.404	87,29	68874	65467	1596	92,90	24251	22728	0	93,72	309.766	328.269	60.000	88,78
MP/MS	231.869	275.696	27.999	106,09	99095	70809	13330	62,98	35905	26321	4518	65,11	366.869	372.826	45.847	90,33
MP/MG	857.124	1.237.657	285.881	108,28	370588	360471	54614	84,78	72863	79617	39140	71,08	1.300.575	1.677.745	379.635	99,85
MP/PB	15.226	24.040	1.189	146,45	6548	5380	3708	52,46	3339	2899	221	81,43	25.113	32.319	5.118	106,91
MP/PA	38.897	55.750	9.680	114,77	29919	26505	4537	76,92	7667	7731	1298	86,24	76.483	89.986	15.515	97,81
MP/PR																
MP/PE																
MP/PI	5.792	9.403	305	154,22	6222	5697	341	86,80	332	697	12	202,62	12.346	15.797	658	121,48
MP/RJ																
MP/RN	31	330	0	1.064,52	0	906	0		13929	12397	0	89,00	13.960	13.633	0	97,66
MP/RS	824.801	1.006.181	199.447	98,24	439016	448676	200936	70,11	102822	94526	19069	77,55	1.366.639	1.549.383	419.452	86,75
MP/RO	4.390	9.453	0	215,33	5505	4870	0	88,47	937	632	0	67,45	10.832	14.955	0	138,06
MP/RR	44.035	49.092	10.329	90,30	10642	10266	1797	82,53	4969	5130	262	98,07	59.646	64.488	12.388	89,52
MP/SC	277.495	305.035	115.601	77,60	117162	17059	64514	9,39	53854	47059	3671	81,81	448.511	369.153	183.786	58,38
MP/SP																
MP/SE	46.808	67.123	6.322	126,34	75665	58048	7725	69,61	8974	9582	260	103,77	131.447	134.753	14.307	92,45
MP/TO	31.411	52.138	0	165,99	21814	19263	0	88,31	8615	8310	0	96,46	61.840	79.711	0	128,90
MPDFT																

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

Tabela 13 – Dados da Resolução 25 detalhados por Área

MP	Inquéritos Criminais			Processos Criminais			Julgamentos	Inquéritos Cíveis			Processos Cíveis			Julgamentos	Fase Extraprocessual			Fase Processual			Julgamentos
	Entrada	Saida	Pendentes	Entrada	Saida	Pendentes	Total	Entrada	Saida	Pendentes	Entrada	Saida	Pendentes	Total	Entrada	Saida	Pendentes	Entrada	Saida	Pendentes	Total
MP/AC	10107	16364	1797	11499	11872	2179	1361	309	202	321	11439	11322	1985	3106	1480	1830	64	4697	4407		475
MP/AL	4705	9829	576	5396	5999	394	435	1376	183	4946	7807	7867	982	2354	271	345	35	615	542	0	176
MP/AP	2887	4836	81	4176	4815	109	460	429	151	193	5273	5350	376	875	220	188	2	571	544	0	97
MP/AM																					
MP/BA	70350	139127	12421	75572	81767	5912	12849	19172	4675	52951	138151	136523	8057	39406	10632	8134	2534	16128	18343		1890
MP/CE	13794	32266	6410	19568	34567	10124	3471	2973	3014	3352	41323	64468	22789	14381	2016	2400	1440	3468	7142	0	737
MP/ES																					
MP/GO																					
MP/MA	5704	10178	1102	6635	7684	1257	347	585	591	203	12130	8058	4940	835	858	633	4	1440	1876	0	248
MP/MT	112915	142382	38128	103726	97692	20276	4823	1625	1829	0	63541	63638	1596	3708	4572	5492	0	19679	17236	0	0
MP/MS	103073	155738	18325	128796	119958	9674	9266	2248	1983	8479	77447	68826	4851	19400	6764	6749	4518	29141	19572	0	1654
MP/MG	563840	918102	187171	293284	319555	98710	25458	17762	8091	0	352218	352380	54614	608	19777	18584	39140	53086	61033	0	0
MP/PB	7705	14969	432	7521	9071	757	1438	1873	1494	1749	3980	3886	1959	695	803	1369	221	2536	1530	0	93
MP/PA	21142	36578	7132	17755	19172	2548	1246	538	330	793	24801	26175	3744	4580	1863	1651	1298	5804	6080	0	396
MP/PR																					
MP/PE																					
MP/PI	2845	5686	146	2947	3717	159	493	125	139	77	5031	5558	264	1066	153	239	12	179	458	0	40
MP/RJ																					
MP/RN	31	0	0	0	330	0	0	0	906	0	0	0	0	0	105	1010	0	13824	11387	0	0
MP/RS	433409	609366	144390	391392	396815	55057	0	8650	10078	123385	430366	438598	77551	0	27899	18627	19069	74923	75899	0	0
MP/RO	3144	6325	0	1246	3128	0	0	157	3	0	5348	4867	0	0	553	263	0	384	369	0	0
MP/RR	20110	23632	7191	23925	25460	3138	526	639	214	574	9201	10052	1223	802	475	581	262	4494	4549	0	214
MP/SC	76142	130865	89061	201353	174170	26540	6713	3431	2567	39519	113731	14492	24995	0	13088	7163	3671	40766	39896	0	0
MP/SP																					
MP/SE	19304	35724	3133	27504	31399	3189	4690	1226	1004	3005	58572	57044	4720	15867	1267	1144	260	7707	8438	0	228
MP/TO	17161	34778	0	14250	17360	0	2499	603	424	0	19437	18839	0	1774	2101	2031	0	6514	6279	0	715
MP/DF																					

Fonte: Dados coletados pelo NAE.

4. Resultados obtidos

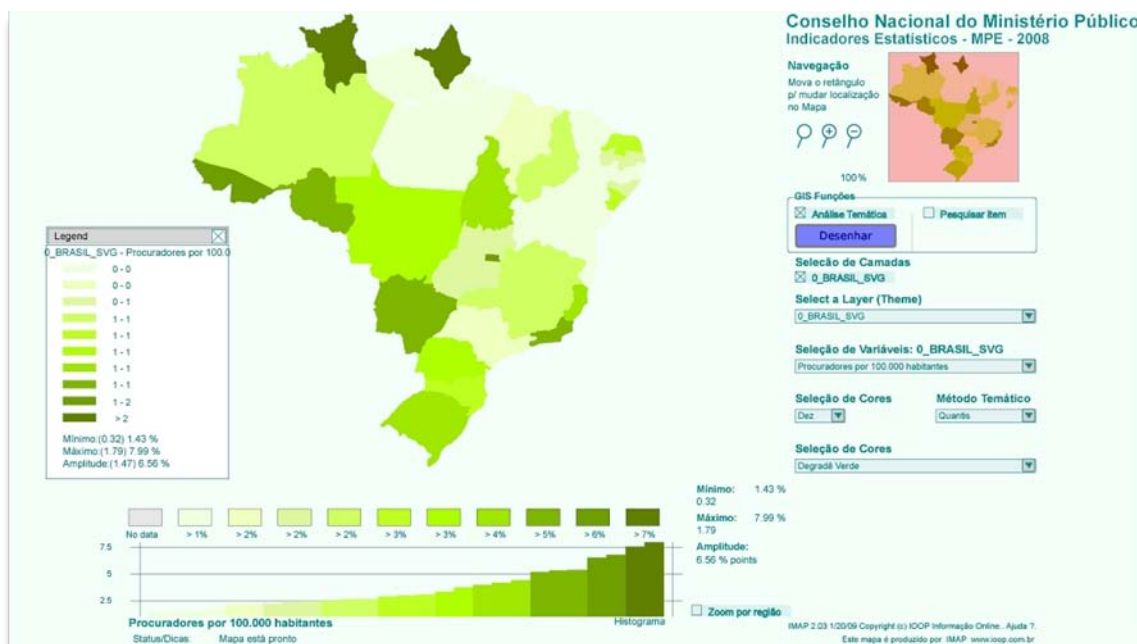
Em decorrência do nível de preenchimento dos dados, foi gerado um *dashboard*, um mapa temático, focando-se nos MPE's, por serem regionalizados e por unidade federada.

Com os formulários preenchidos da Resolução nº 12 e da Resolução nº 25 foi possível gerar os seguintes indicadores:

1. Procuradores por 100.000 habitantes
2. Promotores por 100.000 habitantes
3. Servidores por 100.000 habitantes
4. Percentual de Inativos em relação ao total de membros
5. Municípios por Comarca
6. Remuneração dos Membros em relação à Renda Per Capita/UF
7. Percentual do Orçamento do MP em relação ao Orçamento do Estado
8. Percentual da Despesa Executada do MP em relação à Despesa Executada do Estado
9. Percentual da Despesa de Custeio em relação à Despesa Executada Total do MP
10. Percentual da Despesa de Capital em relação à Despesa Executada Total do MP
11. Percentual da Despesa com Pessoal em relação à Despesa Executada Total do MP
12. Total de Processos Analisados – Área Criminal
13. Total de Processos Analisados – Área Cível
14. Total de Processos Analisados – Área de Infância e Juventude
15. Total Geral de Processos Analisados (somatório de todas as áreas)
16. Carga de Trabalho Média Anual (Número de processos por membro - procurador e por promotor)
17. Carga de Trabalho Média Mensal (Número de processos por membro - procurador e por promotor sobre 30 dias)
18. Carga de Trabalho Média Diária (Número de processos por membro - procurador e por promotor sobre os 365 dias)
19. Produtividade por MP (Total de processos analisados sobre o número de processos que ingressaram para análise)
20. Força de Trabalho (Procuradores + Promotores + Servidores + Comissionados)
21. Custo da Força de Trabalho Média Anual (Despesas com Pessoal / Força de Trabalho por ano)
22. Custo da Força de Trabalho Média Mensal (Despesas com Pessoal / Força de Trabalho por 30 dias)
23. Custo da Força de Trabalho Média Mensal (Despesas com Pessoal / Força de Trabalho por 365 dias)

4.1 Mapa de indicadores do CNMP

Foram gerados os mapas com os dados dos MPE's no padrão SVG (*Scalable Vector Graphics*) para que fossem consultados em tempo real, apenas selecionando o indicador a ser consultado, como demonstra o gráfico abaixo.



Estes mapas estarão disponíveis para consulta via *site* do CNMP.

4.2 Análise dos dados tecnológicos

Foram coletados os dados da infra-estrutura tecnológica dos MPE's, com o intuito de se buscar uma padronização e integração entre as aplicações e sistemas desenvolvidos/utilizados.

Tabela 14 – Aquisição de Equipamentos por ano – 2005 a 2008

UF	2005	2006	2007	2008	Evolução
AC	50	40	80	0	170,00
AM	0	0	100	100	200,00
AP	0	0	0	266	266,00
BA	167	82	13	30	292,00
CE	127	256	0	0	383,00
DF	140	633	120	0	893,00
ES	279	399	0	180	858,00
GO	126	50	386	500	1062,00
MA	0	0	238	0	238,00
MG	334	701	240	420	1695,00
MS	95	68	151	0	314,00
MT	140	190	250	130	710,00
MU	53	96	108	90	347,00
PA	159	144	140	80	523,00
PB	40	70	140	130	380,00
PE	0	315	517	0	832,00
PR	375	50	187	600	1212,00
RJ	0	0	973	0	973,00
RN	0	160	125	0	285,00
RO	130	129	30	90	379,00
RR	19	32	18	0	69,00
RS	600	1000	900	0	2500,00
SC	620	465	408	555	2048,00
SP	468	528	818	600	2414,00
TO	0	51	128	60	239,00

Na realidade, faltou no processo de coleta de dados, o dimensionamento do número de usuários, para assim, obter-se o indicador de número de usuários por computador, inclusive para se fazer comparações de um MPE com o outro em termos de demanda e uso.

Em todo caso, percebe-se que os MPE's da Região Sul e Sudeste são os que possuem maior número de computadores.

Como não foi também levantada algumas variáveis de avaliação do valor de uso dos computadores, não se pode inferir o grau de utilização.

Tabela 15 – Sistema Operacional Utilizado

Sistema Operacional	%
WXP	92,00
W98	40,00
Ubuntu	24,00
W95	16,00
Wvista	16,00
Outros	16,00
Red Hat	4,00
Suse	4,00

O sistema operacional mais utilizado continua sendo o Windows seja ele XP ou em suas variações (Windows 95, Windows 98, Windows XP e Windows Vista). A tabela 2 evidencia já o uso do sistema Linux com intuito de reduzir custos. Tem-se como exemplo os sistemas: Ubuntu, Red Hat e Suse.

Tabela 16 – Servidores de Rede

Redes	%
Outros	72,00
W2000	52,00
HPUX	44,00
WNT4	40,00
Suse	36,00
W2003	20,00
Debian	16,00
Solaris	8,00
Slackware	8,00
Red Hat	4,00
AIX	4,00

No uso de Servidores de Rede, tem-se uma mudança substancial, onde os serviços do sistema operacional Linux, Unix e IBM (AIX) já se faz mais presente. Isso se deve pela

exigência dos sistemas estarem 100% operativos e sem falhas. Tais servidores, provavelmente, são utilizados para servidores de e-mail, impressão, internet, web Server, pois estes serviços não podem ter funcionamento intermitente. (vide tabela 3)

Tabela 17 – Banco de Dados Utilizado

Banco de Dados	%
ORACLE	48,00
SQL SERVER	80,00
SYBASE	0,00
POSTGRES	32,00
MySQL	76,00
Outros	16,00

Entre os comerciais, o SQL Server (80%) ainda é o banco de dados mais utilizado, devido à incidência ainda forte do sistema operacional Windows, seguido do Oracle (48%). Todavia, servidores de banco de dados (open source) tem sido uma boa solução para a redução dos custos. Como demonstra a tabela 4, 76% dos MPE's já utilizam o MySQL e 32% estão aderindo ao PostGreSQL.

Tabela 18 – Software para Ler e Enviar E-mails

Email	UF's	%
POSTFIX	7	28,00
MS Exchange	6	24,00
Qmail	3	12,00
ROUND CUBE (WEBMAIL)	3	12,00
Lotus Notes	1	4,00
Nao Informado	1	4,00
Não possui	1	4,00
Novell Groupwise	1	4,00
OPEN WEBMAIL	1	4,00
Send Mail	1	4,00
Total	25	

Outro fator comprobatório do uso dos sistemas Linux pode ser medido pelos servidores de e-mail. Os MPE's em sua maior utilizam o PostFix (28%) , o Qmail (12%) e o SendMail (4%) que são oriundos de sistemas Linux/Unix. O MS Exchange (24%) ainda se faz presente devido a plataforma Windows.

Tabela 19 – Pacotes de Escritório

Suite de Escritório	UF's	%
BrOffice	11	44,00
Ms Office e Br Office	6	24,00
Office 2007	2	8,00
Lotus Notes	1	4,00
MS OFFICE	1	4,00
MSOffice 2003 e 2007	1	4,00
Office 2000	1	4,00
Office 2000, 2003 e 2007	1	4,00
Office 2003 e 2007 Bussines	1	4,00
Total	25	

O BrOffice é muito utilizado pelos MPE's e se faz presente em 44% deles. Os outros 56% restantes ainda fazem uso do pacote Office de Microsoft, mas se nota concomitantemente uma migração no sentido do *opensource*.

Tabela 20 – Comunicação Interna

Comunicação Interna	Qtd	%
Não possui	9	36,00
Jabber	3	12,00
Office Communicator 2007	2	8,00
Pandion	2	8,00
Em implantação	1	4,00
Groupwise Messenger + Adobe Connect	1	4,00
icq corp / video - transmissão eventos	1	4,00
Intranet, msn, voip	1	4,00
JABBER	1	4,00
Messageiro	1	4,00
MSN	1	4,00
NEOS	1	4,00
Voz	1	4,00
Total	25	

A comunicação interna e externa entre os MPE's ainda se encontra em processo de implantação, pois pelo que se percebe na Tabela 7, ainda não foi definida uma ferramenta padrão de comunicação/integração com as unidades.

A Tabela 8 confirma a falta de uma diretriz nacional para a implementação de VoIP (voz sobre ip), haja visto que 72% dos MPE's ainda não possuem nem projeto em licitação para a redução dos custos de comunicação.

Tabela 21 – VoIP (Voz sobre IP)

VOIP	UF's	%
Não	18	72,00
Sim	6	24,00
projeto em licitação	1	4,00
Total	25	

No que diz respeito à **segurança da informação**, um dos aspectos a ser analisado é o uso do Antivirus. Os MPE's em sua maioria utilizam os antivírus da AVG, MCAFEE, Symantec, E-trust e Kaspersky. O uso deve ser justificável pelo suporte, diferente do AVAST que é um software gratuito e que se pode pedir o suporte.

Entretanto, a compra de um antivírus de uma única empresa reduziria os custos, devido ao ganho no número de licenças em escala. Dessa forma, o desconto, com o suporte incluso pode ser bem maior.

Tabela 22 – Antivirus

Antivirus	UF's	%
AVG	3	12,00
MACFEE	3	12,00
MCAFEE	3	12,00
Symantec	3	12,00
E-Trust	2	8,00
AVAST	1	4,00
Clamav	1	4,00
CLAMAV E AVG	1	4,00
Kaspersky	1	4,00
Norton Edition Corporation	1	4,00
Office Scan (Trend Micro)	1	4,00
Trend micro - Officescan	1	4,00
Trend Office Scan	1	4,00
Trend OfficeScan 8	1	4,00
TRENDMICRO	1	4,00
Virobot (Hauri)	1	4,00
Total	25	

A linguagem de desenvolvimento dos MPE's é o Java visto que está presente em 56% das unidades, seguido pelo .NET, plataforma da Microsoft.

Java é uma linguagem livre e poderia ser o padrão de desenvolvimento para todos os MPE's. Porém, deve-se levar em conta os custos de capacitação, de migração dos sistemas legados para a nova plataforma, o que muitas vezes não compensa em decorrência do tempo de implementação e da obtenção de resultados.

Tabela 23 – Linguagem de Desenvolvimento

Linguagem de Desenvolvimento	UF's	%
JAVA	14	56,00
NI	7	28,00
.NET	4	16,00
Total	25	

5. Recomendações ao CNMP

1. É necessário que cada unidade do Ministério Público, principalmente, nas capitais, tenha uma estrutura semelhante a do Núcleo de Ação Estratégica (NAE) com uma estrutura mínima de três pessoas com o seguinte perfil:

- Especialista em gestão de projetos, planejamento estratégico; e/ou
- Estatístico ou especialista em indicadores de desempenho e análise estatística.
- Bibliotecário ou Especialista em ciência da Informação.

O Núcleo de Ação Estratégica criada deverá ser permanente para que o trabalho de coleta dos dados não seja interrompido, devido à mudança de gestão.

2. É necessário mecanismo sancionador para a unidade que não estiver em conformidade no cumprimento dos requisitos da Resolução No. 12 e da Resolução No. 25.

3. É necessário que ocorram mudanças na Resolução no. 12 e Resolução no. 25 nos seguintes aspectos:

a) separação do número dos processos do 1º Grau e do 2º Grau, com o intuito de avaliar a produtividade em separado dos promotores e procuradores por MP e por instância, visto que o número de procuradores e promotores está sendo coletado de forma agregada. Dessa forma, pode-se medir a produtividade do promotor/procurador por área de atuação.

b) Definir o marco temporal para o quantitativo de processos remanescentes para o dia 31 de dezembro do ano anterior à coleta, para ter número correto de processos pendentes e avaliar o número de processos remanescentes para o próximo exercício. Afinal, da forma que foi coletado, o número de processos analisados sobre o número de processos entrados mais os remanescentes teve resultado superior a 100%. Da forma, como se encontra, pelos dados coletados, o promotor fez mais procedimentos do que os processos existentes, porque o número de processos remanescentes não estava correto e, sim, inferior ao que realmente existia.

c) Deve-se criar um índice que possa medir a relação do MP com o Judiciário. Ou seja, dos processos analisados pelo MP, comparar o tempo médio do último envio com o tempo que permaneceu no Judiciário.

d) Criar indicadores de desempenho como o tempo de tramitação de processos e indicadores que possam medir todas as fases do processo.

e) Estimular a padronização dos sistemas e do parque tecnológico, não necessariamente em termos de linguagem, mas quanto ao fornecimento de informações. Ou seja, um manual que explique o significado de cada campo e o tipo de dado a ser coletado (glossário).

f) O desenvolvimento de sistemas deve estar voltado para uma arquitetura de serviços de informação (SOA – Service Oriented Architecture), onde se tem serviços web que retornam os dados de forma padronizada, facilitando a integração e a coleta entre as unidades do MP. Para tanto, pode-se fazer uso de fábricas de software cujo tempo de desenvolvimento é curto e alocação de pessoal para a entrega dos sistemas é de forma mais dedicada, devido aos prazos curtos e às multas contratuais .

g) Os dados referentes ao MPU (MPT, MPF, MPM), a exceção do MPDFT, deverão ser desmembrados em unidades como é feito pelos MPEs para efeitos de comparação administrativa e de atuação funcional.

h) Todos os campos devem ser obrigatórios e enviados dentro do prazo, sob pena de responsabilidade.

i) Sugere-se a ampliação da estrutura do NAE para pelo menos três pessoas com dedicação exclusiva ao trabalho do Planejamento Estratégico, Geração de Indicadores e Avaliação das Gestões, sendo proativo na gestão estratégica.

6. Conclusões

É necessário um árduo caminho de conscientização e desenvolvimento organizacional para que as unidades do MP se alinhem ao Planejamento Estratégico proposto pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Não se deve ver o CNMP como um vigilante, um gestor administrativo, que pune administrativamente, mas um órgão que traça diretrizes nacionais no sentido de buscar a economicidade, a eficiência e a excelência operacional do Ministério Público.

Para tanto, o cumprimento das Resoluções no. 12 e no. 25 são essenciais para o diagnóstico dos problemas, identificar as boas práticas, sinalizar os MPs mais eficientes como modelos a serem seguidos, melhorar e corrigir simultaneamente as deficiências encontradas, não como retaliação, mas como aprendizado para a construção da eficiência no futuro.